



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA O LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Tânia Marques Strohaecker (UFRGS) - tania.strohaecker@ufrgs.br

Arquiteta, Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências - UFRGS.

Eírio Toldo (UFRGS) - toldo@ufrgs.br

Geólogo, Professor do Departamento de Mineralogia e Petrologia e do Programa de pós-Graduação em Geociências - UFRGS.

Diretrizes de Desenvolvimento Regional para o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul

As relações entre sociedade e natureza ampliaram-se nas últimas décadas, devido, entre outros fatores, ao fenômeno da urbanização. No Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul esse processo impulsionou a diversificação econômica e a ocorrência de problemas em um território caracterizado por ecossistemas raros e de grande vulnerabilidade ambiental. A análise da dinâmica territorial do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul tem como objetivo identificar as potencialidades e tendências de desenvolvimento da região e de seus 21 municípios integrantes, a partir do levantamento dos principais investimentos realizados nos últimos anos pelos setores público e privado. A operacionalização da pesquisa consistiu levantamento de dados demográficos, em observações de campo, entrevistas com lideranças regionais, análise de projetos das esferas pública federal e estadual, bem como da esfera privada, principalmente do setor terciário de grande porte. A principal contribuição deste trabalho é a proposição de um conjunto de diretrizes de desenvolvimento socioespacial com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões de cunho logístico e de planejamento pelos gestores públicos e privados e representantes da sociedade civil organizada visando à sustentabilidade ambiental da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Dinâmica territorial. Urbanização.

A abordagem que procura integrar as relações entre a sociedade e a natureza mostra-se desafiadora e instigante, mas ao mesmo tempo necessária perante os desafios de um território que se modifica rapidamente. A dinâmica territorial brasileira vem se caracterizando, entre outros fatores, pelos processos de urbanização, reestruturação produtiva e ampliação das desigualdades regionais, direcionando a ação de diferentes agentes na produção e reprodução do espaço geográfico.

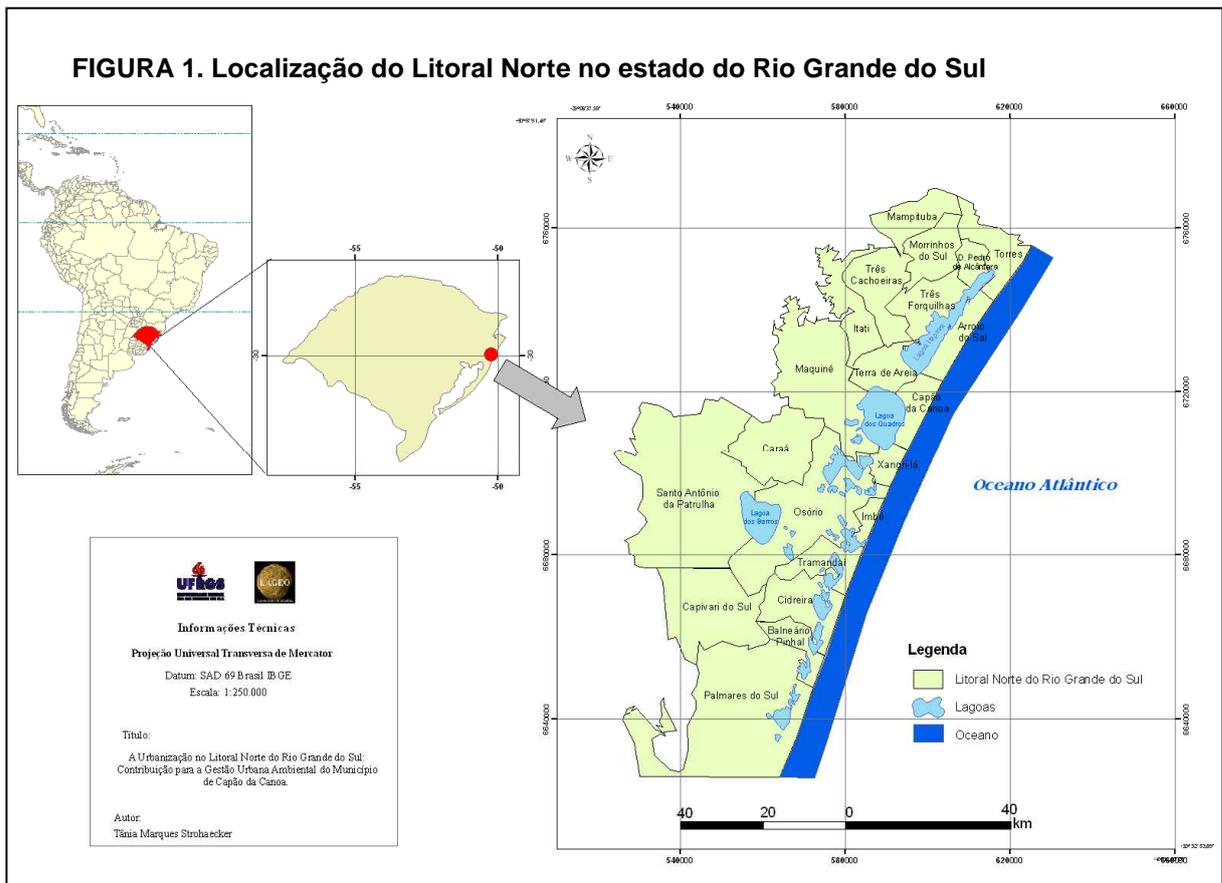
A zona costeira, nesse contexto, apresenta-se como uma parcela privilegiada desse imenso território quanto aos recursos naturais, econômicos e humanos, configurando-se como patrimônio nacional¹. Os ecossistemas costeiros resultam da interação de ambientes marinhos e terrestres caracterizados por recortes litorâneos, pela diversidade biológica e fragilidade ambiental. A zona costeira brasileira sofre influência tanto de processos naturais quanto antrópicos, uma vez que nessa extensa e rica área vivem cerca de 40 milhões de pessoas (23,43% da população brasileira) em 17 estados, 395 municípios e 16 regiões metropolitanas (BRASIL, 2008, p.64-66).

A zona costeira no estado do Rio Grande do Sul abriga ecossistemas raros e de grande vulnerabilidade ambiental, conformando paisagens diferenciadas no continente latinoamericano, destacando-se a extensão de suas praias arenosas e o rosário de lagoas na planície costeira. A sua formação geológica recente, compreendendo os períodos Terciário e Quaternário da Era Cenozóica, indica um ambiente suscetível às transformações tanto de natureza física quanto antropogênica.

A ocupação da zona costeira na porção meridional do Brasil vai ocorrer a partir do século XVIII com a colonização por açorianos, portugueses e africanos e, nos séculos posteriores, por alemães, italianos, poloneses, japoneses, entre outras etnias. No entanto, sua ocupação mais efetiva vai tomar vulto a partir do início do século XX, quando a demanda por diferentes agentes impulsionará o crescimento econômico e demográfico.

A região de estudo compreende o Litoral Norte (FIG. 1), um dos segmentos da zona costeira no Rio Grande do Sul caracterizado pela seqüência de ambientes longitudinais à costa. Após a área de interface com o mar, identifica-se uma planície sedimentar composta por campos de dunas, banhados, cordão de lagoas, campos, áreas úmidas antigas até os limites dos contrafortes do Planalto Meridional, entalhados pelos vales dos rios Três Forquilhas e Maquiné.

O Rio Grande do Sul acompanhou a tendência nacional de urbanização de seu território. A urbanização gaúcha está concentrada, principalmente, nas áreas de maior dinamismo econômico e demográfico como na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e nas Aglomerações Urbanas do Nordeste (polarizada por Caxias do Sul), do Sul (polarizada por Rio Grande e Pelotas) e do Litoral Norte (polarizada por Osório, Tramandaí, Capão da Canoa e Torres).



Fonte: STROHAECKER, 2007.

Conforme Moraes (1999), a ocupação dos municípios litorâneos vem se intensificando nas últimas décadas decorrente de três vetores prioritários de desenvolvimento: a urbanização, a industrialização e a exploração turística. Neste trabalho partiu-se da premissa de que o processo de urbanização é o vetor mais significativo para o litoral setentrional gaúcho.

A Urbanização do Litoral Norte

No período 1991-2000, a região do Litoral Norte se destacou pela taxa média de crescimento demográfico anual de 2,84%, totalizando 268.788 habitantes permanentes e uma estimativa superior a 1.200.000 nos meses de veraneio (dezembro a março). Dos dez municípios que mais cresceram em termos populacionais no Rio Grande do Sul no referido período, sete estão nessa região: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Torres e Xangri-lá. Esse indicador é muito significativo ao se comparar com as taxas anuais do estado (1,23%) e do Brasil (1,63%) (BRASIL, 2000).

Os dados do Censo Demográfico 2010 divulgados recentemente pelo IBGE (2010) corroboram para esse crescimento contínuo das cidades litorâneas no Rio Grande do

Sul. Entre os dez municípios que mais cresceram em números absolutos no estado, sete estão localizados no Litoral Norte (Xangri-lá, Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Imbé, Cidreira, Capão da Canoa e Torres) com taxas anuais superiores a 4%, contrastando fortemente com a taxa de crescimento demográfico anual do estado de apenas 0,49%. Os dados indicam uma população permanente de 323.755 habitantes, um incremento de 20,45% no período 2000-2010, conforme apresenta a Tabela 1.

Se, em termos regionais, o crescimento é muito significativo, uma análise mais criteriosa dos dados revela que os municípios de perfil rural no Litoral Norte estão perdendo população, como é o caso de Terra de Areia, Morrinhos do Sul, Itati, Maquiné, Mampituba e Dom Pedro de Alcântara, fenômeno que se mantém desde o período intercensitário anterior, conforme detectou Fujimoto *et al* (2005).

Tabela 1 - População Total dos Municípios do Litoral Norte do RS (2000 e 2010)

Municípios	População Total 2000	População Total 2010	Crescimento 2000-2010 (%)
Arroio do Sal	5.273	7.744	46,86
Balneário Pinhal	7.452	10.855	45,67
Capão da Canoa	30.498	42.047	37,87
Capivari do Sul	3.107	3.890	25,20
Caraá	6.403	6.713	14,21
Cidreira	8.882	12.654	42,47
Dom Pedro de Alcântara	2.636	2.550	- 3,26
Imbé	12.242	17.667	44,31
Itati	2.836	2.589	-8,71
Mampituba	3.106	2.997	-3,51
Maquiné	7.304	6.908	-5,42
Morrinhos do Sul	3.533	3.185	-9,85
Osório	36.131	40.941	13,31
Palmares do Sul	10.854	10.971	1,08
Sto. Antônio da Patrulha	37.035	39.679	7,14
Terra de Areia	11.453	9.878	-13,75
Torres	30.880	34.646	12,20
Tramandaí	31.040	41.655	34,20
Três Cachoeiras	9.523	10.239	7,52
Três Forquilhas	3.239	2.912	-10,10
Xangrilá	8.197	12.405	51,34
Litoral Norte	268.788	323.755	20,45
Rio Grande do Sul	10.181.749	10.576.758	3,89
Brasil	169.799.170	190.732.694	12,33

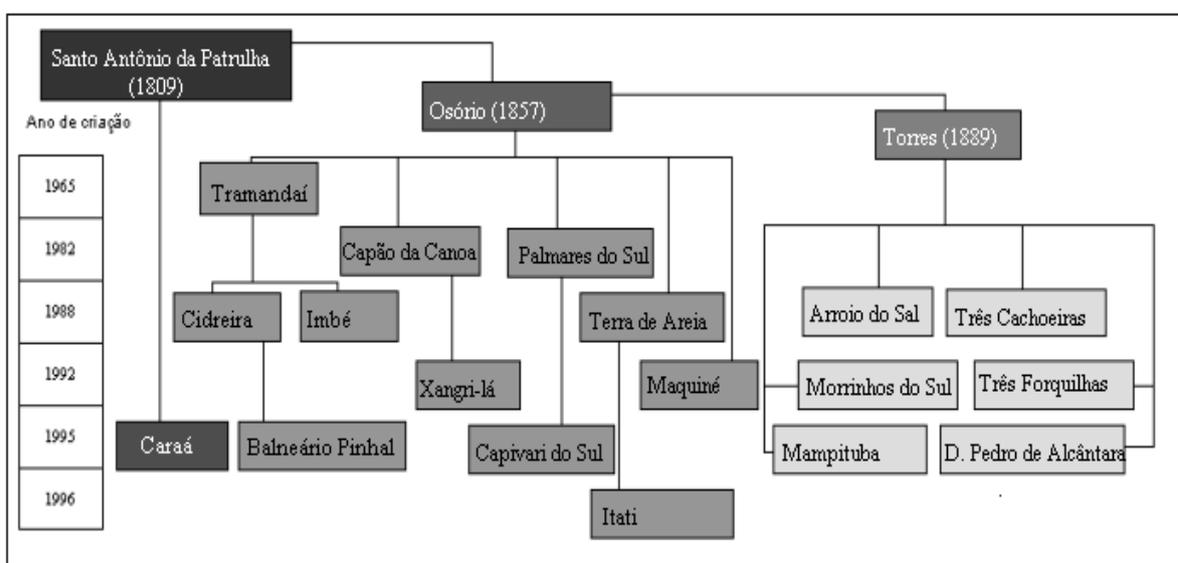
Fontes: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br/censo2010>
Acesso: em 04 jan. 2011.

Organização e tabulação dos dados: Tânia Strohaecker.

Os municípios do Litoral Norte que apresentam maior grau de urbanização e maiores taxas de crescimento demográfico estão, em sua maioria, localizados junto à orla marítima, enquanto os demais conformam as áreas do setor lacustre e encosta do planalto, onde predominam populações vinculadas às atividades do setor primário.

As emancipações ocorridas na região nas últimas décadas, conforme apresenta a FIG. 2, induziram o crescimento dos fluxos migratórios para as cidades litorâneas, ampliando a demanda por bens e serviços. Por outro lado, o setor imobiliário de grande porte tem investido na região em loteamentos e condomínios horizontais para um mercado de média e alta renda, para fins de lazer e recreação durante todo o ano.

FIGURA 2. Evolução dos Municípios do Litoral Norte (1809-2001)



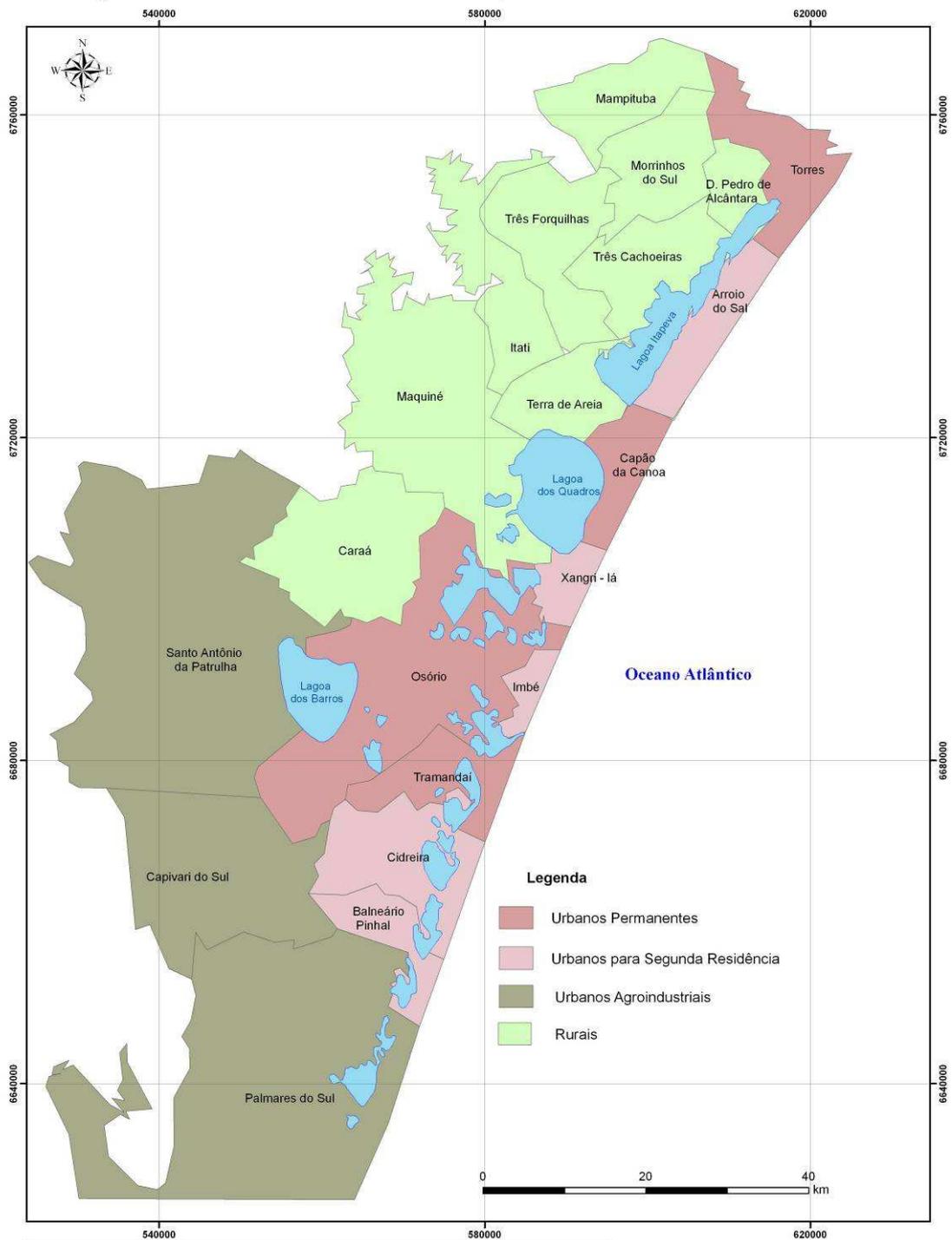
Fonte: FERREIRA; FUJIMOTO; STROHAECKER, 2003.

Obs.: O município de Itati foi criado em 1996, mas instalado apenas em 2001.

Com o aumento da população permanente, a região se tornou foco de iniciativas de empreendedorismo, especialmente no setor de serviços de pequeno e médio porte não especializado. Nos últimos anos, grandes empresas de caráter regional têm se estabelecido nos núcleos urbanos de Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí, além de se destacarem investimentos de grande porte como a implantação de parques eólicos.

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul apresenta quatro perfis socioeconômicos de municípios: os urbanos permanentes, os urbanos para fins de segunda residência, os urbanos agroindustriais e os rurais (FUJIMOTO *et al*, 2005), conforme apresenta a FIG. 3.

Figura 3. Perfis Socioeconômicos dos Municípios do Litoral Norte do RS



Título:
A Urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: Contribuição para a Gestão Urbana Ambiental do Município de Capão da Canoa.

Autora:
 Tânia Marques Strohaecker

Informações Técnicas
Projeção Transversa de Mercator
 Origem da Quilometragem UTM:
 Equador e Meridiano Central ° W.G.R.
 Datum Horizontal: SAD 69
 Zona 22J

Fonte: FUJIMOTO, STROHAECKER, FERREIRA, KUNST, 2005

Fonte: STROHAECKER, 2007.

A configuração territorial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul vem se caracterizando na atualidade pela dicotomia da dinamização e da estabilização. Por um lado, os municípios urbanos permanentes e os urbanos para fins de segunda residência demarcam os espaços dinamizadores, com crescimento populacional e diversificação econômica, impulsionando a implantação de novos investimentos e, conseqüentemente, a valorização do solo no médio prazo.

Por outro lado, os municípios urbanos agroindustriais e os rurais constituem-se nos espaços estabilizadores, com baixa diversificação econômica e crescimento demográfico mínimo, dificultando a implantação de novos empreendimentos e, conseqüentemente, demarcando as prováveis áreas de expansão do grande capital no longo prazo.

Os espaços de dinamização apresentam aspectos positivos como o incremento em certos setores da economia (indústrias da construção civil e do mobiliário, comércio e serviços especializados, equipamentos de ensino e de saúde) possibilitando a ampliação do contingente de trabalhadores nos setores formal e informal; melhoria relativa na oferta de serviços públicos e ampliação nas opções culturais, de lazer e turismo.

No entanto, a urbanização concentrada apresenta efeitos negativos como a concorrência acirrada pelo trabalho, a degradação ambiental, a valorização intensiva do solo urbano, a carência de identidade territorial com a afluência crescente de contingentes migratórios, a desigualdade de renda, a violência urbana, a segregação socioespacial, entre outros.

Os espaços de estabilização apresentam aspectos positivos como a menor desigualdade de renda da população, amplas áreas preservadas e de amenidades naturais, valores culturais preservados nas comunidades tradicionais com forte coesão social, identidade da população com o território. Entretanto, esses espaços são carentes de infraestrutura, de acessibilidade, de serviços públicos, de investimentos privados, de oportunidades diversificadas de trabalho e, conseqüentemente, apresentam perda populacional significativa nas faixas etárias jovens.

Os recentes investimentos públicos em rodovias (duplicação da BR-101 e a conclusão da Rota do Sol – RS-486) e as melhorias nos acessos às sedes urbanas dos municípios de perfil rural permitem conjecturar um cenário de crescimento econômico e maior pressão antrópica, a médio e longo prazo, nos municípios situados na encosta do Planalto Meridional, principalmente, Maquiné, Terra de Areia, Itati, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara.

Sintetizando, pode-se considerar que a região do Litoral Norte apresentou, nas últimas décadas, transformações relevantes em sua dinâmica territorial determinadas principalmente pelos seguintes vetores: a urbanização, os processos emancipatórios e o

turismo sazonal. A urbanização foi o fator decisivo para a transformação da paisagem, principalmente nas últimas duas décadas, acompanhando um comportamento similar diagnosticado para os estados de Santa Catarina (POLETTE, 1997), Paraná (DESCHAMPS et al., 2000), São Paulo (MACEDO, 1999), entre outros estados litorâneos (LIMONAD, 2007; SILVA e GOMES, 2007; SOUZA JR, 2005).

Potencialidades e Tendências de Desenvolvimento

O Litoral Norte apresenta uma localização estratégica no estado do Rio Grande do Sul e em relação à região Sul do Brasil, devido à proximidade com a região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e à conexão com importantes rodovias federais (BR-101 e BR-290) e estaduais, conforme mostra a FIG. 4.

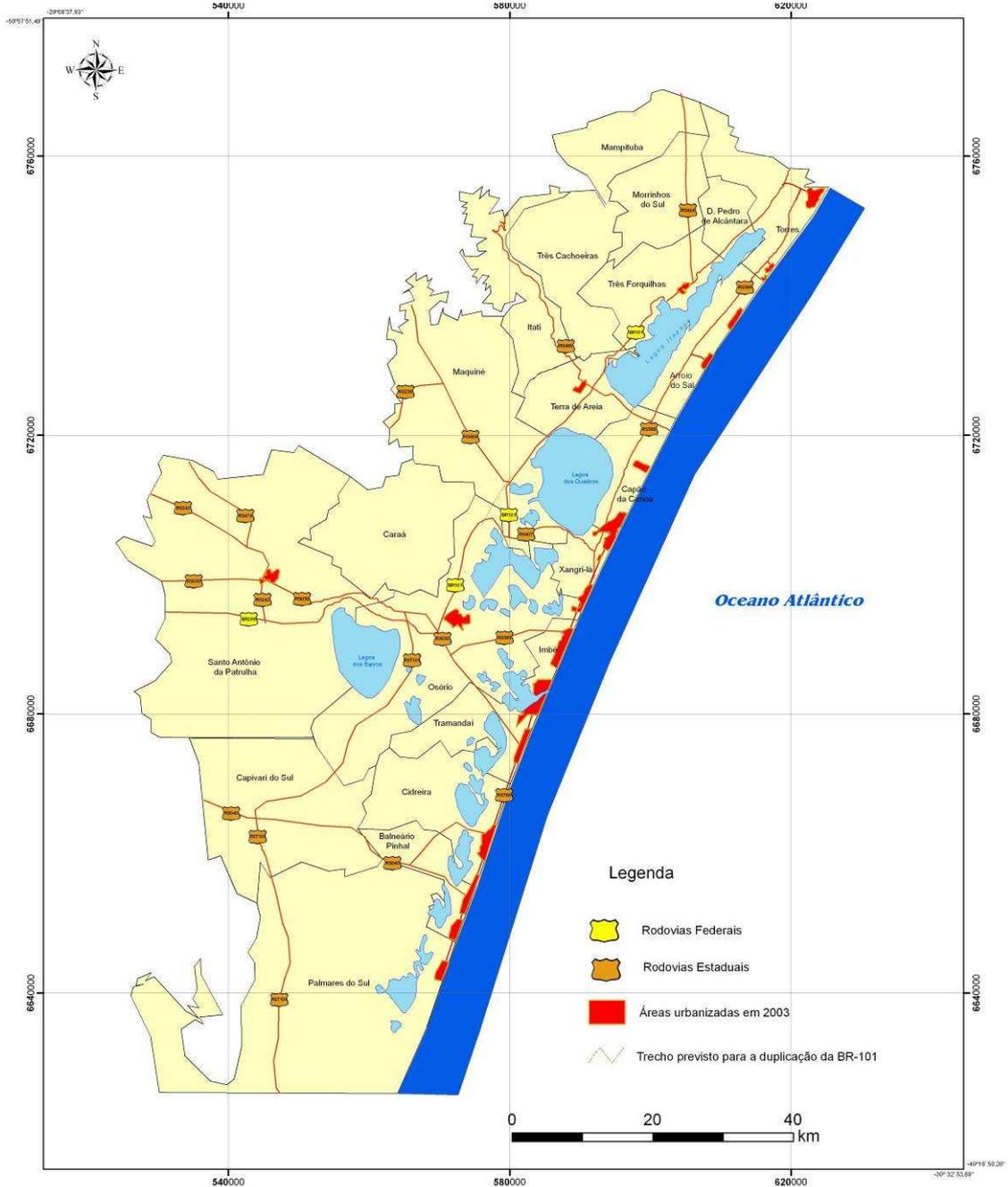
A concentração de investimentos privados de grandes redes nacionais ou regionais do varejo e de supermercados em determinados municípios é significativa, destacando-se Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí. Esses municípios exercem importante função de centralidade concentrando uma gama considerável de atividades do setor terciário, agregando oportunidades de trabalho e apropriação de renda e, conseqüentemente, incremento populacional.

É relevante destacar-se que, até a década de 1980, essas redes comerciais não permaneciam nas localidades citadas ao longo de todo o ano. Era comum a prática de alugar prédios nos balneários apenas no período de veraneio, empregando uma mão-de-obra sazonal com contratos temporários.

Essa situação modificou-se a partir da década de 1990, coincidindo com a intensificação dos processos emancipatórios ocorridos na região. Atualmente, a maioria dessas redes comerciais funciona ininterruptamente ao longo de todo o ano e seus funcionários residem na própria região, o que confere uma melhoria significativa das condições de empregabilidade e geração de renda nos principais centros urbanos.

Os investimentos privados em lazer e em empreendimentos imobiliários para uma população de média e alta renda estão concentrados principalmente nos municípios litorâneos que se estendem de Tramandaí a Torres, destacando-se o município de Xangri-lá com 27 empreendimentos na modalidade dos condomínios horizontais, Capão da Canoa com dois parques aquáticos e dezenas de condomínios verticais.

Figura 4. Malha Rodoviária do Litoral Norte do RS - 2006



Título:
 A Urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Contribuição para a Gestão Urbana Ambiental do Município de Capão da Canoa
Autor:
 Tânia Marques Strohaecker

Informações Técnicas
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum: SAD 69 Brasil IBGE
 Zona: 22J
 Escala: 1:250.000
 Base Cartográfica elaborada a partir do Mapa Rodoviário Digital do DAER - 2006

Nos últimos cinco anos os investimentos imobiliários tem se ramificado para municípios vizinhos como Tramandaí, Imbé, Arroio do Sal e Torres, ampliando a valorização fundiária na região. A implantação, em 1991, da RS-389 pelo Governo do Estado, a denominada Estrada do Mar, condicionou um novo eixo de expansão dos empreendimentos imobiliários de grande porte, dos loteamentos e condomínios horizontais, parte deles implantados longitudinalmente à referida rodovia e adjacentes às várias lagoas costeiras, conforme mostra a FIG. 5.

Segundo o trabalho *Rumos 2015*, para a promoção do desenvolvimento regional é necessário investir na formação e qualificação do capital social, na capacidade de geração de tecnologia para o setor produtivo e na cultura do empreendedorismo, dando suporte ao processo de crescimento econômico (RIO GRANDE DO SUL, 2006, p.314). Nesse sentido, o levantamento direcionou-se para esses tópicos, procurando identificar os elementos indutores de desenvolvimento na região de estudo.

As instituições de ensino na região de estudo apresentaram nas últimas décadas um significativo crescimento no número de alunos matriculados (BRASIL, 2004). O ensino superior se destaca, por exemplo, por apresentar várias opções de cursos de graduação, incrementando uma série de demandas de comércios e serviços anteriormente restritos aos meses de verão, conforme apresenta o QUADRO 2.

QUADRO 2
Instituições de Ensino Superior no Litoral Norte – 2006

Nome	Categoria	Cursos de Graduação	Localização
UFRGS/UERGS	Pública	Bacharelado em Ciências Biológicas ^(*) .	Imbé e Cidreira
UERGS	Pública	Pedagogia, Tecnologia em Agropecuária.	Cidreira
FACOS	Privada	Administração, Computação, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia	Osório
ULBRA	Privada	Administração, Arquitetura, Biologia, Direito, Enfermagem, Educação Física, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Sistemas de Informação, Turismo.	Torres
UNISC	Privada	Administração, Direito, Educação Física, Letras, Pedagogia, Sistemas de Informação.	Capão da Canoa

Fontes: Pesquisa em campo e levantamento nos sítios oficiais das instituições.

(*) Parceria inédita entre duas instituições públicas de âmbito federal e estadual, o Curso de Ciências Biológicas - ênfases em Biologia Marinha e Costeira, e Gestão Ambiental Marinha e Costeira - foi implantado em agosto de 2006.

FIGURA 5. Vista aérea parcial das cidades de Capão da Canoa e Xangri-lá com a implantação de novos loteamentos e condomínios horizontais



Fotografia: Grupo Capão Novo, 2006. Organização: Tânia Strohaecker.

No início dos anos 2000, através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfra) do Governo Federal, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) disponibilizou linhas de financiamento para a implantação de novas unidades de geração de energia elétrica, utilizando fontes alternativas, mais especificamente energia eólica, de biomassa e através de pequenas centrais hidrelétricas (PCH).

No tocante à geração de energia eólica, o Rio Grande do Sul e, particularmente o Litoral Norte do estado, vêm adquirindo destaque internacional pelo número de empresas habilitadas pelo Proinfra a implantar seus projetos de parques eólicos. A iniciativa é importante por se constituir numa fonte limpa, renovável, possibilitando o desenvolvimento de tecnologia moderna e sustentável ambientalmente.

Segundo dados de 2006, da Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, existiam 33 projetos de parques eólicos no estado, totalizando 1.770,6 MW de potência nominal prevista, implicando grandes investimentos e criação estimada de três mil empregos na fase de construção (RIO GRANDE DO SUL, 2006, p. 352). O QUADRO 4 e a FIG. 6 indicam a localização dos projetos de parques eólicos previstos no Rio Grande do Sul, a maioria deles localizado no Litoral Norte.

QUADRO 4
Projetos de Parques Eólicos no Rio Grande do Sul

Nome do Parque	Localização	Empresa	Potência Nominal Prevista (MW)	Investimentos Necessários (R\$ MM)
Osório ⁽¹⁾	Osório	Elecnor	50,0	135,7
Osório Sangradouro ⁽¹⁾	Osório	Elecnor	50,0	135,7
Osório Índios ⁽¹⁾	Osório	Elecnor	50,0	135,7
Cidreira ⁽¹⁾	Tramandaí	Elebrás	72,0	176,3
Serra dos Antunes ⁽²⁾	Piratini	Gamesa	98,6	227,9
Livramento ⁽²⁾	Livramento	Gamesa	74,8	173,6
Palmares ⁽²⁾	Palmares do Sul	Elecnor	50,0	135,7
Casqueiro I ⁽²⁾	Osório	ERB	6,0	13,6
Casqueiro II ⁽²⁾	Osório	ERB	45,0	111,2
Osório I ⁽²⁾	Osório	ERB	28,5	70,5
Imbé ⁽²⁾	Imbé	PróWind	27,0	73,3
Xangri-lá ⁽²⁾	Xangri-lá	PróWind	26,3	70,5
Xangri-lá I ⁽²⁾	Maquiné	ERB	24,0	59,7
Xangri-lá II ⁽²⁾	Xangri-lá	ERB	6,0	13,6
Outros parques não habilitados pelo Proinfra (20)			1.139,8	2.837,8
TOTAL			1.770,6⁽³⁾	4.370,6⁽³⁾

(1) Projetos selecionados pelo Proinfra.

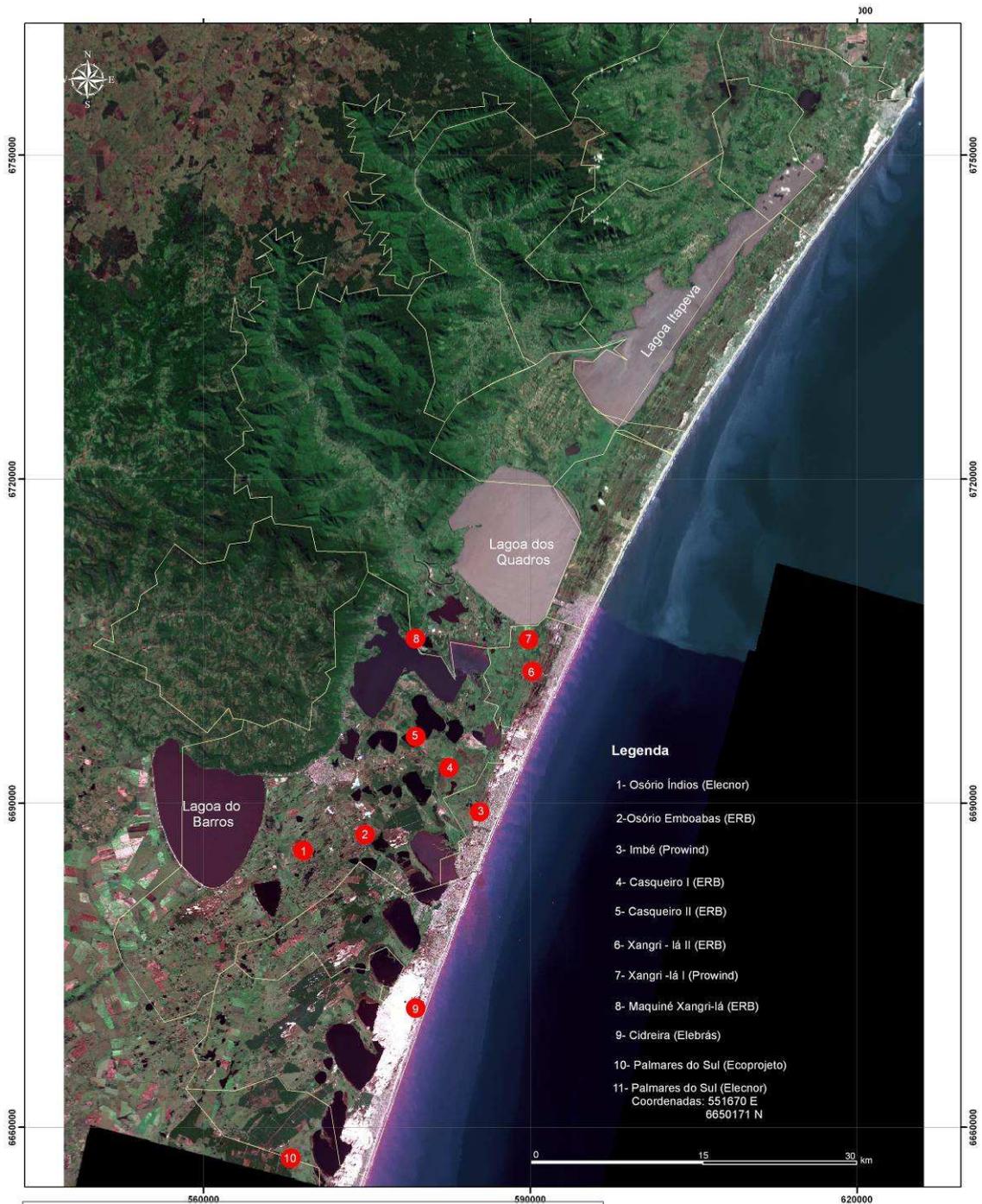
(2) Projetos habilitados pelo Proinfra.

(3) Total dos projetos habilitados no Proinfra: 608,2 MW de potência, totalizando R\$ 532,8 MM.

Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicação (*apud* RIO GRANDE DO SUL, 2006, p.352).

Em 2010, novos projetos de parques eólicos foram aprovados no RS, totalizando R\$ 1,17 bilhão.

Figura 6 – Localização dos Parques Eólicos previstos no Litoral Norte



Título:
**A Urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul:
 Contribuição para a Gestão Urbana Ambiental do Município de Capão da Canoa**
 Autor: Tânia Marques Strohaecker



Informações Técnicas
 Projeção Transversa de Mercator
 Datum : SAD 69
 Zona: 22 J
 Imagem Spot 2004

Fonte: Coordenadas Geográficas dos Pontos dos Parques Eólicos Fornecidas pela FEPAM, 2006.

A importância desses investimentos para a região é crucial para a modernização das atividades econômicas e para a atratividade de novos empreendimentos que tenham interesse na inovação tecnológica atrelada à preocupação com a sustentabilidade ambiental. Do ponto de vista paisagístico, a instalação dos parques eólicos representa a inserção de um novo símbolo² à região. As torres com os aerogeradores podem se tornar a nova “marca” do Litoral Norte num contexto de inovação e de preocupação com a sustentabilidade ambiental.

As lideranças políticas, empresariais e culturais da região deveriam explorar esse novo símbolo como forma de qualificar a identidade regional, reforçar a singularidade do ambiente natural, incorporando à beleza cênica da região, a energia dos ventos e, conseqüentemente, melhorar a autoestima da população³.

Por outro lado, o empreendedorismo no Litoral Norte se destaca, primeiramente, pela constituição de novas empresas, tanto em valores absolutos quanto em densidade *per capita*, utilizando-se a base de dados da Junta Comercial do Estado, e, em segundo lugar, pelo número de atendimentos médios do SEBRAE que indica o interesse de empreendedores por capacitação, tecnologia, consultoria e informações de mercado.

O maior número de novas empresas constituídas no estado ocorre no Corede⁴ Metropolitano do Delta do Jacuí (26% do total), seguido do Vale do Rio dos Sinos (13,90%), Serra (9,37%), Sul (6,18%), Central (4,64%), Produção (4,48%) e Litoral (3,93%). No entanto, quando se compara o número de empresas constituídas pelo número de habitantes por Corede, o Litoral sobe para o primeiro lugar no posicionamento do estado, com uma taxa de 10,48 empresas/1.000 habitantes, conforme apresenta a TAB. 2. A demanda por informações junto ao Sebrae vem crescendo na região, acompanhando a tendência em nível estadual. O Corede Litoral apresenta uma média de 59,61 atendimentos/1.000 habitantes, estando posicionado em 17^o lugar no estado, o que indica uma dinâmica empreendedora relativamente consistente (RIO GRANDE DO SUL, 2006, p.315).

TABELA 2
Taxa de Constituição de Empresas Per Capita (1.000 habitantes)
no Corede Litoral (2002-2004)

Corede	2002	2003	2004	Média	Posição
Litoral	8,24	16,56	6,65	10,48	1 ^o

Fonte: Junta Comercial do Rio Grande do Sul (*apud* RIO GRANDE DO SUL, 2006, p. 315).

De fato, as observações em campo realizadas nos municípios de Capão da Canoa e Tramandaí confirmam essa afirmativa. O setor que apresenta maior dinamismo nas sedes urbanas é o de serviços, com a implantação de dezenas de novos estabelecimentos,

geralmente de micro ou pequeno porte como imobiliárias, farmácias de manipulação, laboratórios de análises clínicas, serviços de traumatologia, drogarias, locadoras de vídeos, cybercafés, bares, restaurantes, padarias, floriculturas, suprimentos para informática, entre outros.

As potencialidades e tendências de desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul estão relacionadas às características histórico-culturais, econômicas, ambientais e institucionais da região. A diversidade de potencialidades no Litoral Norte pode se constituir em importante elemento para o desenvolvimento socioespacial. Assim, procurou-se apresentar as potencialidades e tendências de desenvolvimento da região, segundo a classificação dos perfis de municípios adotada neste trabalho, sintetizadas no QUADRO 5.

A diversidade de paisagens do Litoral Norte é uma riqueza e, ao mesmo tempo, um entrave à identidade regional. Os municípios da encosta do planalto não se identificam com o rótulo de “região litorânea”, por outro lado, os municípios localizados na planície lagunar sentem-se aliados dos fluxos turísticos sazonais, servindo apenas como “corredor de passagem” para milhares de pessoas. Para completar, os municípios litorâneos são lembrados pelos turistas e veranistas, de um modo geral, apenas de dezembro a março. Como construir uma identidade regional com tão grande diversidade socioespacial?

A riqueza sócio-cultural do Litoral Norte compreende uma complexa rede de comunidades de diversas etnias (açoriana, africana, indígena, alemã, italiana, polonesa, japonesa, entre outras), envolvendo bens imateriais como tradições locais, festas religiosas, saberes artesanais e culinários que poderiam ser melhor trabalhados pelos gestores públicos como forma de agregar valor simbólico e econômico à região.

Por outro lado, cerca de 40% da população não é natural da região (FUJIMOTO *et al*, 2005), e, conforme Strohaecker (2007, p. 103), houve um incremento significativo de fluxos migratórios do interior do estado e da região metropolitana de Porto Alegre, no período 1995-2000, para os municípios litorâneos, caracterizando parcelas da sociedade que não se identificam com determinadas práticas e saberes tradicionais da população originária do Litoral Norte.

Portanto, atrelar a identidade regional somente aos elementos tradicionais não parece a estratégia mais adequada. O melhor seria apostar na inovação e, ao mesmo tempo, invocar algo característico da região como o vento, as águas, a paisagem. Por isso os parques eólicos, com suas torres e aerogeradores, devem ser melhor explorados como referencial inovador, provedor de energia sustentável e singular no cenário estadual.

QUADRO 5
Potencialidades e Tendências de Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte

Categorias de Municípios	Relação dos Municípios	Potencialidades e Tendências
Urbanos Permanentes	Capão da Canoa Osório Tramandaí Torres	- Comércio varejista; serviços gerais e especializados; - Centros de distribuição atacadista e mineração de areia (em Osório); - Parques eólicos (Osório, Tramandaí); - Indústrias da construção civil, madeira, do mobiliário e de confecções; - Turismo esportivo e de eventos; - Lazer e recreação.
Urbanos para fins de Segunda Residência	Arroio do Sal Balneário Pinhal Cidreira Imbé Xangri-lá	- Comércio varejista e serviços gerais; - Indústria da construção civil e da alimentação (conservas e mel); - Parques eólicos (Imbé e Xangri-lá); - Atividades de lazer e recreação sazonais; - Turismo para terceira idade.
Urbanos Agroindustriais	Capivari do Sul Palmares do Sul Santo Antônio da Patrulha	- Beneficiamento da cana-de-açúcar e produtos derivados; - Silvicultura; - Cultivo de plantas ornamentais; - Orizicultura; - Parques eólicos (Palmares do Sul).
Rurais	Caraá Dom Pedro de Alcântara Itati Mampituba Maquiné Morrinhos do Sul Terra de Areia Três Cachoeiras Três Forquilhas	Produção e comercialização de bebidas e alimentos coloniais; Produção de hortaliças, citros e olerícolas agroecológicos; Extrativismo com manejo adequado da samambaia-preta e dos frutos do palmito juçara; Turismo rural, ecológico, e de aventura; Cultivo de flores e plantas ornamentais; Indústria do mobiliário (Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Terra de Areia).

Fontes: Elaboração de Tânia Strohaecker, a partir de levantamento em campo e de entrevistas com representantes das Prefeituras, da Associação dos Municípios do Litoral Norte (Amlinorte) e do Sebrae-RS.

A diversidade sócio-cultural e sócio-ambiental do Litoral Norte é vista pela maioria dos atores locais como um entrave à construção de uma identidade regional (RIO GRANDE DO SUL, 2004; MÜLLER, 2002). No entanto, considera-se tal premissa equivocada. Na realidade, é na diversidade que está a riqueza e o potencial da região. Os patrimônios natural e sócio-cultural são a própria identidade do território e, portanto, devem ser valorizados.

O grande equívoco é pensar que a exploração econômica desse trunfo patrimonial está restrita às atividades turísticas. Ele também exerce forte influência sobre comportamentos residenciais de classe média, fator que pode impulsionar projetos de desenvolvimento. (...). A valorização do patrimônio natural e histórico-cultural é muito mais um processo de construção do que uma herança. É fundamental que as pessoas e as empresas se engajem nessa valorização, incentivadas a investir no plano simbólico como forma de ancorá-las ao território (RIO GRANDE DO SUL, 2006, p.16).

Apesar de o turismo ser considerado pela maioria dos atores sociais como o elemento desencadeador de desenvolvimento regional, acredita-se que o foco principal deva ser a sustentabilidade ambiental. É necessário, em outras palavras, fomentar a construção de uma identidade regional que abranja todos os setores da sociedade e os diferentes perfis socioeconômicos de municípios, projetando um cenário para o Litoral Norte como um polo de sustentabilidade ambiental do estado.

A análise empreendida indica a necessidade da implementação de políticas interdependentes e complementares nas três esferas de gestão. Nesse sentido, procurou-se contribuir com algumas diretrizes básicas para subsidiar as políticas de desenvolvimento em nível regional:

- projetar o Litoral Norte como um polo de sustentabilidade ambiental, como forma de agregar valor simbólico à região, capitalizar recursos de diferentes agências de fomento, e marcar a identidade territorial com esse referencial;
- explorar os parques eólicos como o novo símbolo do Litoral Norte com o intuito de qualificar a identidade regional, reforçar a singularidade do ambiente natural e incorporar à beleza cênica da região, a energia renovável dos ventos;
- implementar um processo de planejamento contínuo e permanente, articulado entre os diversos atores envolvidos (públicos e privados), e que estabeleça as prioridades de investimentos e ações no médio e longo prazos para os quatro perfis socioeconômicos de municípios;
- viabilizar e implementar instrumentos de controle do uso e ocupação do solo que garantam a função social da propriedade e da cidade coadunadas à sustentabilidade

ambiental, conforme estabelecem o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual de Desenvolvimento Urbano;

- incentivar os consórcios municipais no tocante aos serviços e equipamentos públicos (nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, lazer e transportes) visando à racionalização dos custos e à ampliação do alcance social;

- investir nos sistemas de esgoto cloacal e pluvial com tratamentos adequados dos efluentes nos municípios mais urbanizados;

- investir em sistemas alternativos de saneamento (menos dispendiosos e de maior alcance social) como forma de atender também as comunidades carentes;

- incentivar estudos e pesquisas científicas voltados à sustentabilidade ambiental, através das instituições de ensino e centros de pesquisas existentes na região;

- investir na coleta de resíduos sólidos com destinação adequada dos dejetos em todos os municípios da região;

- implantar sistema de coleta seletiva de resíduos como forma de geração de renda para as comunidades carentes e aproveitamento dos resíduos como matéria-prima para beneficiamento;

- investir no ensino formal e informal, com maior contrapartida da sociedade civil e de suas organizações, visando à qualificação do capital social e ao desenvolvimento da cidadania dentro de uma perspectiva de sustentabilidade ambiental;

- incentivar a implantação de planos, programas e projetos com a marca da sustentabilidade para atrair novos empreendimentos para a região;

- ampliar o número de unidades de conservação nos municípios situados na planície costeira como forma de preservação dos ecossistemas costeiros remanescentes;

- valorizar os espaços naturais e culturais preservados da região como elementos aglutinadores de identidade territorial para as comunidades locais.

Considerações Finais

Nas últimas décadas, o Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul apresentou transformações relevantes em sua dinâmica territorial determinadas principalmente pelos seguintes vetores: a urbanização, os processos emancipatórios, o empreendedorismo e o turismo sazonal. A urbanização foi o fator decisivo para a transformação da paisagem acompanhando um comportamento similar diagnosticado em outros estados litorâneos.

Com o aumento da população permanente, a região se tornou foco de iniciativas de empreendedorismo, especialmente no setor de serviços de pequeno e médio porte. Nos últimos anos, grandes empresas varejistas de caráter regional têm se estabelecido nos polos de centralidade de Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí,

além de se destacarem investimentos de grande porte como os parques eólicos em alguns municípios da região.

Dessa maneira, a configuração territorial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul vem se caracterizando, na atualidade, pela dicotomia da dinamização e da estabilização. A classificação adotada de quatro perfis socioeconômicos de municípios - urbanos permanentes, urbanos para fins de segunda residência, urbanos agroindustriais e rurais - comprova essa diversidade regional.

A institucionalização da Aglomeração Urbana do Litoral Norte, através da Lei Complementar N^o 12.100/2004, demonstra a importância política que a região vem assumindo no estado. A valorização político-institucional da região é um fator decisivo para o seu planejamento e sua gestão, exigindo ações integradas entre o setor público e a sociedade civil organizada a fim de contribuir para o seu desenvolvimento dentro de uma perspectiva de sustentabilidade.

Entende-se que o turismo sazonal seja um dos elementos para que a perspectiva do desenvolvimento regional se viabilize, mas não o único nem o principal como acreditam muitas lideranças políticas e empresariais da região. Na realidade, projetar expectativas de desenvolvimento regional a partir de forças exógenas é temerário. Melhor seria investir nos recursos naturais e humanos regionais visando à sustentabilidade, melhorando a autoestima da sua população e, indiretamente, atraindo empreendimentos, instituições e grupos que estejam dispostos a se integrarem a proposta de transformar a região do Litoral Norte em um polo de sustentabilidade ambiental do estado do Rio Grande do Sul.

¹ Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII, Capítulo VI, Artigo 225, Parágrafo 4^o, a Floresta Amazônica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são considerados Patrimônio Nacional, ou seja, o conjunto de bens de uso comum, cujas características especiais lhe conferem posição especial, exigindo a preservação de suas condições básicas de existência.

² As 75 torres com os aerogeradores do primeiro parque eólico gaúcho têm 134 metros de altura, o equivalente a um prédio de 45 andares. Os aerogeradores têm uma envergadura de 70 m de diâmetro.

³ Os ventos na região sempre foram vistos como um elemento negativo, uma força da natureza difícil de dominar, geralmente associada com a sensação de isolamento, tristeza e melancolia. O litoral gaúcho, de um modo geral, é uma região em que as taxas de depressão e de alcoolismo são significativas, estando associadas em parte ao clima, particularmente aos fortes ventos que incidem na vasta planície costeira.

⁴ Regionalização adotada no estado do Rio Grande do Sul, compreendendo 24 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) para fins de planejamento e gestão territorial.

Referências

- BRASIL. **Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil**. Brasília: MMA/SQA, 2008.
- BRASIL. **Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- BRASIL. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 mar de 2009.
- DESCHAMPS, M.V... [et al.] Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. Caxambú, **Anais...** Caxambú: ABEP, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/xii>> encontro nacional de estudos populacionais/>. Acesso em: 18 out. de 2004.
- FERREIRA, A.H.; FUJIMOTO, N.S.V.M.; STROHAECKER, T.M. Uso e ocupação do solo no Litoral Norte do RS: formação territorial. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, 15. , 2003. **Livro de Resumos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 119-120, 2003.
- FUJIMOTO, N.S.V.M.; STROHAECKER, T.M.; KUNST, A.; FERREIRA, A.H. Uso e ocupação do solo no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. In: ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. São Paulo, **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, p. 5575-5591, 2005.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- LIMONAD, E. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros (Bahia). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9, 2007. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocritic/9porto/esterlim.htm> Acesso em: 03 jun. de 2009.
- MACEDO, S. S. Litoral, urbanização, ambientes e seus ecossistemas frágeis. **Paisagem & Ambiente**, São Paulo, n. 12, p. 151-232, 1999.
- MÜLLER, L. H. A. **Retratos e paisagens**: quadro sócio-cultural das populações que ocupam a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fepam, 2002.
- POLETTE, M. **Gerenciamento Costeiro Integrado: proposta metodológica para a paisagem litorânea da microbacia de Mariscal - município de Bombinhas (SC) – Brasil**. 1997. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Curso de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (SP), São Carlos, 1997.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico. **Rumos 2015**: estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul / SCP-DEPLAN; DCAPE. Porto Alegre: SCP, 2006b. 5v. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/uploads/rumos/>>. Acesso em: 04 de ago. de 2006.
- RIO GRANDE DO SUL. **Diagnóstico da dinâmica social da Bacia do Rio Tramandaí**. Porto Alegre: Secretaria Estadual do Meio Ambiente/ Departamento de Recursos Hídricos/ Profill Engenharia e Ambiente, 2004.
- SILVA, A.B. da; GOMES, R. de C. da C. Dinâmica e organização do espaço metropolitano de Natal/RN: uma leitura a partir do setor terciário. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9, 2007. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocritic/9porto/ritsil.htm> Acesso em: 06 jun. de 2008.
- SOUZA JR. X.S.de S. de. Turismo e espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa – PB. **Scripta Nova**, Universidade de Barcelona, v. IX , n.194(116), ago. 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocritic/sn/sn194-116.htm> Acesso em: 15 mai. de 2007.
- STROHAECKER, T. M. **A urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa**. 2007. Tese (Doutorado em Geociências). Curso de Pós-Graduação em Geociências, UFRGS. Porto Alegre, 2 V., 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigitalufrgs.ufrgs.br/da.php?nrb=000594717&loc=2a6f472779741fda>> Acesso em 26 jul de 2007.

A autora agradece o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) através da concessão do Auxílio Recém Doutor (ARD/Edital N° 3/2009).